

## FORMULÁRIO DE DENÚNCIA DE ATOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Ao abrigo do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, a [ASSOCIAÇÃO BIOPOLIS](#) disponibiliza, a qualquer interessado, um canal de denúncia de atos de corrupção praticados por Colaboradores(as).

A comunicação dos factos poderá ser feita de forma anónima. No entanto, é importante que tenha conhecimento de que, quanto a alguns tipos de crimes (crimes semipúblicos ou particulares), as denúncias anónimas não substituem a denúncia formal dos factos, que deve ser efetuada num serviço do Ministério Público ou num órgão de polícia criminal. Nesses casos, é necessário que o denunciante/queixoso se identifique e assine a queixa, ou que a apresente através de mandatário munido de poderes especiais para o efeito. Se tal não acontecer, o Ministério Público não poderá dar início ao procedimento criminal.

A confidencialidade da identidade dos denunciantes também é possível através dos canais para a denúncia verbal, nos termos previstos na lei. As denúncias verbais deverão sempre ser endereçadas ao Responsável pelo Cumprimento Normativo da [ASSOCIAÇÃO BIOPOLIS](#) (ou Responsáveis pelo Tratamento das Denúncias), através da solicitação de agendamento de reunião presencial, ou através de uma chamada telefónica sem recurso a sistemas de gravação.

As denúncias que venham a ser feitas pela via verbal serão alvo de uma transcrição completa e exata da comunicação, efetuada pelo responsável pelo tratamento da denúncia.

---

### IDENTIFICAÇÃO DO DENUNCIANTE

---

ANÓNIMO

---

### DADOS DO DENUNCIANTE

---

Nome	
Email	
Contacto telefónico	

---

**TIPO DE DENÚNCIA**

INTERNA <input type="checkbox"/>	(referente a violações no interior da entidade a que se dirige)
EXTERNA <input type="checkbox"/>	(referente a matérias que a entidade a que se dirige deva ou possa conhecer)
ATIVIDADE	(Indique em que área de atividade se enquadra o ato de corrupção que pretende denunciar)

**ATO(S) DE CORRUPÇÃO OU INFRAÇÕES CONEXAS**

(Narre os factos de que tem conhecimento com o maior detalhe possível, incluindo locais, pessoas e empresas envolvidas, modo de atuar, se foram feitos pagamentos e como, através de que meios, contas bancárias e titulares, procurando ser objetivo)

**DATAS OU PERÍODOS EM QUE OCORRERAM OS FACTOS**

(Exemplo: em 02 abril de 2023, em finais de junho de 2023, entre 15 e 30 de Julho de 2023, em fevereiro de 2024, em meados de 2023, em 2024, entre janeiro e abril de 2024, a situação vem-se repetindo desde há cerca de 2 anos, etc...  
)

**IDENTIFICAÇÃO DOS SUSPEITOS**

(Indique todos os dados que sabe sobre as pessoas e empresas envolvidas na corrupção ou fraude, local de trabalho, profissão, residência, pessoas das suas relações, contactos, veículos automóveis, outras propriedades, etc.  
)

**COMO TOMOU CONHECIMENTO DOS FACTOS?**

(Diga se ouviu alguém e, nesse caso, a quem, falar dos factos, se os presenciou, se os leu em algum documento, etc.)

---

---

**VALOR APROXIMADO DAS QUANTIAS ENVOLVIDAS**

---

---

(Se não houver entrega/recebimento de dinheiro, indique uma estimativa do valor dos bens em causa)

---

---

**OUTRAS PESSOAS QUE TÊM CONHECIMENTO DOS FACTOS OU PODEM AJUDAR A ESCLARECÊ-LOS**

---

---

(Identifique outras pessoas que possam auxiliar a investigação, dando informações ou prestando testemunho)

---

---

**DOCUMENTOS E OUTRAS PROVAS QUE FUNDAMENTAM A SUA DENÚNCIA**

---

---

(Indique se possui ou onde se encontram documentos que pensa serem relevantes para a prova. Se existirem em formato digital, adicione-os na área de anexos)

---

---

**DOCUMENTOS E OUTRAS PROVAS QUE FUNDAMENTEM A DENÚNCIA**

---

ANEXO I	(Designação do documento)
ANEXO II	(Designação do documento)
ANEXO III	(Designação do documento)

**REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

Os dados pessoais recolhidos neste pedido são necessários, única e exclusivamente, para dar cumprimento ao Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e/ou ao previsto no respetivo elenco de instrumentos de cumprimento normativo e de prevenção da corrupção, designadamente na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o regime geral de proteção de denunciantes de infrações, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União.

O tratamento dos dados por parte da Associação BIOPOLIS respeitará a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais e será realizado com base nas seguintes condições:

- Responsável pelo tratamento – Associação BIOPOLIS;
- Finalidade do tratamento – Cumprimento de uma obrigação jurídica (Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e/ou de legislação específica aplicável ao pedido formulado) ou necessário ao exercício de funções de interesse público;
- Destinatário dos dados – Serviço de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, com competência para analisar ou intervir no pedido;
- Conservação dos dados pessoais – Prazo definido na legislação aplicável ao pedido.

Para mais informações sobre as práticas de privacidade da Associação BIOPOLIS consulte a Política de Proteção de Dados da Associação Biopolis disponível em [www.lau.biopolis.pt](http://www.lau.biopolis.pt) ou envie um e-mail para [dpo@biopolis.pt](mailto:dpo@biopolis.pt).

O(A) subscritor(a), sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

DOU CONSENTIMENTO para que os meus dados pessoais sejam tratados para as finalidades acima descritas.

**CONTATO DOS RESPONSÁVEIS PELO TRATAMENTO DE DADOS NO ÂMBITO DO RGPD**

**ASSOCIAÇÃO BIOPOLIS** | 252 660 400 | [biopolis@biopolis.pt](mailto:biopolis@biopolis.pt)

Encarregado de Proteção de Dados | 252 660 400 | [dpo@biopolis.pt](mailto:dpo@biopolis.pt)